

BANCO DE LA NACION ARGENTINA -
(SUCURSAL BRASIL)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

BANCO DE LA NACION ARGENTINA - (SUCURSAL BRASIL)

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores do
Banco de La Nación Argentina - (Sucursal Brasil)
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco de La Nación Argentina (Sucursal Brasil) ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de La Nación Argentina (Sucursal Brasil) em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Continuidade das atividades operacionais

Chamamos a atenção para nota explicativa nº1 às demonstrações contábeis, onde consta que foi solicitado a Casa Matriz do Banco de La Nación Argentina que analise a possibilidade de realizar aportes com o objetivo de manter o patrimônio líquido do Banco compatível com suas necessidades operacionais e regulamentares. Todavia, o Banco mantém prejuízos acumulados no montante de R\$50.178 mil, e teve prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$15.630 mil. Estas demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades operacionais do Banco. Adicionalmente, conforme Nota Explicativa nº 24b, o percentual de comprometimento do patrimônio líquido ajustado com o ativo imobilizado é de 66,73%, o que ultrapassa o limite máximo de 50% estabelecido pela Resolução nº2.283/96 do Conselho Monetário Nacional. Nossa opinião não contém modificação em decorrência desse assunto.

Partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº23, onde consta que o Banco possui operações passivas com partes relacionadas no montante de R\$13.367 mil realizadas em condições de mercado. Não obstante, eventualmente, casos essas operações fossem realizadas com terceiros, as condições e os resultados poderiam vir a ser diferentes daqueles advindos de operações com partes relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em decorrência desse assunto.

Encerramento agência Rio de Janeiro

Chamamos a atenção para nota explicativa nº1 às demonstrações contábeis, onde consta que em 27 de novembro de 2019, foi homologado pelo Banco Central do Brasil o encerramento da agência mantida pelo Banco na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Também, concomitantemente a este evento, a Administração do Banco reclassificou contabilmente o imóvel onde estava instalado esta agência de “Ativo Permanente - Ativo Imobilizado” para “Outros Valores e Bens - Bens Não de Uso Próprio (BNDU)”, destinando o para venda. Nossa opinião não contém modificação em decorrência desse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2019.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Ativo	Ativo			Passivo e patrimônio líquido	Passivo e patrimônio líquido		
	Nota explicativa	2019	2018		Nota explicativa	2019	2018
Ativo circulante		23.491	62.316	Passivo circulante		24.063	62.574
Disponibilidades	4	229	1.000	Depósitos		2.241	1.552
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	-	1.000	Depósitos a vista		2.221	1.426
Aplicações em operações compromissadas		-	1.000	Depósitos a prazo		20	126
Títulos e valores mobiliários	6	7.749	-	Obrigações por Operações Compromissadas		7.297	1.806
Carteira Própria		7.749	-	Carteira Própria		7.297	1.806
Relações interfinanceiras		588	457	Relações Interdependências		126	693
Depósitos no Banco Central		588	457	Recursos em trânsito de terceiros		126	693
Operações de crédito	7	9.554	5.224	Obrigações por empréstimos e repasses		13.367	57.653
Operações de crédito - setor privado		9.578	5.250	Empréstimos no exterior	12	13.367	57.653
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	7e	(24)	(26)	Outras obrigações		1.032	870
Outros créditos		4.711	54.626	Cobranças e arrecadação de tributos e assemelhados	13	4	2
Carteira de câmbio	7 e 8	3.574	52.495	Fiscais e previdenciárias		159	67
Títulos de crédito à receber	7 e 9	7.187	1.948	Diversas		869	801
Diversos	9 e 13	1.163	2.207	Exigível a longo Prazo		1.458	1.755
(Provisão para outros créditos)	7e	(7.213)	(2.024)	Outras Obrigações		1.458	1.755
Outros valores e bens		661	9	Fiscais e previdenciárias		964	1.012
Bens não de uso próprio	10	652	-	Diversas	13	494	743
Despesas antecipadas		9	9	Patrimônio líquido		23.013	30.731
Realizável a longo prazo		9.687	16.455	Capital:			
Títulos e valores mobiliários	6	9.687	16.455	De domiciliados no exterior	16	59.671	51.808
Carteira própria		-	11.803	Reserva de reavaliação		12.997	13.071
Vinculados a operações compromissadas		6.671	1.806	Reserva para contingências		523	523
Vinculados a prestação de garantia		3.016	2.846	Prejuízos		(50.178)	(34.671)
Ativo permanente		15.356	16.289	Total do passivo e patrimônio líquido		48.534	95.060
Imobilizado de Uso	11 e 15.b	15.356	16.289				
Imóveis de uso		23.172	24.659				
Outras imobilizações de uso		1.923	2.511				
(Depreciações acumuladas)		(9.739)	(10.881)				
Total do ativo		48.534	95.060				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Demonstrações do resultado

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

		Semestre findo em 31/12/2019	Exercício findo em 2019	Exercício findo em 2018
Receitas da intermediação financeira		1.457	3.374	13.756
Operações de crédito		433	583	2.074
Rendas de aplicação interfinanceiras de liquidez		344	746	676
Resultado de títulos e valores mobiliários		475	981	764
Resultado de operações de cambio	17	205	1.064	10.242
Despesas da intermediação financeira		(7.219)	(8.810)	(12.057)
Operações de captação no mercado		(152)	(299)	(93)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	18	(581)	(1.389)	(9.925)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(6.486)	(7.122)	(2.039)
Resultado bruto da intermediação financeira		(5.762)	(5.436)	1.699
Outras receitas (despesas) operacionais		(5.936)	(10.997)	(9.826)
Receitas de prestação de serviços		71	138	288
Despesas de pessoal	19	(4.082)	(6.994)	(5.872)
Outras despesas administrativas	20	(1.680)	(3.279)	(3.200)
Despesas tributárias		(167)	(380)	(406)
Outras receitas operacionais	21	272	576	575
Outras despesas operacionais	22	(350)	(1.058)	(1.211)
Resultado operacional		(11.698)	(16.433)	(8.127)
Resultado não operacional		409	803	770
Prejuízo do semestre/exercício		(11.289)	(15.630)	(7.357)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital Social realizado	Reservas de reavaliação	Reservas para contingências	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	46.611	13.146	523	(27.437)	32.843
Aumento de capital	5.197	-	-	-	5.197
Reservas de reavaliação	-	(75)	-	123	48
Prejuízo do exercício	-	-	-	(7.357)	(7.357)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	51.808	13.071	523	(34.671)	30.731
Mutuação do exercício	5.197	(75)	-	(7.234)	(2.112)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	51.808	13.071	523	(34.671)	30.731
Aumento de capital	7.863	-	-	-	7.863
Reservas de reavaliação	-	(74)	-	123	49
Prejuízo do exercício	-	-	-	(15.630)	(15.630)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	59.671	12.997	523	(50.178)	23.013
Mutuação do exercício	7.863	(74)	-	(15.507)	(7.718)
Saldos em 30 de junho de 2019	59.671	13.034	523	(38.951)	34.277
Reservas de reavaliação	-	(37)	-	62	25
Prejuízo do semestre	-	-	-	(11.289)	(11.289)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	59.671	12.997	523	(50.178)	23.013
Mutuação no semestre	-	(37)	-	(11.227)	(11.264)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Demonstrações dos fluxos de caixa
Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Semestre findo em 31/12/2019	Exercício findo em 2019	Exercício findo em 2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo ajustado	(5.173)	(9.014)	(4.967)
Prejuízo do semestre/exercício	(11.289)	(15.630)	(7.357)
Ajustes:			
Depreciação e amortização	(149)	(306)	303
Reversão de reserva	25	49	48
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6.486	7.122	2.039
Provisão para contingências	(246)	(249)	-
Diminuição nos subgrupos do ativos operacionais	2.105	36.699	97.460
Títulos e Valores mobiliários	(475)	(981)	(5.971)
Relações interfinanceiras	(417)	(131)	(68)
Operações créditos	(11.686)	(11.454)	3.504
Outros créditos	15.325	49.916	100.002
Outros valores e bens	(642)	(651)	(7)
Aumento nos subgrupos do passivos operacionais	(3.494)	(38.558)	(106.050)
Depósitos	(242)	689	(1.803)
Obrigações por Operações Compromissadas	4.294	5.490	-
Relações interfinanceiras	(1)	1	1.806
Relações interdependência	(218)	(566)	(1.466)
Obrigaçõespor empréstimos e repasses	(6.576)	(44.286)	(102.713)
Outras obrigações	(751)	114	(1.874)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(6.562)	(10.873)	(13.557)
Aquisição/Alienação de Ativo Imobilizado	948	1.239	(177)
Caixa Líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	948	1.239	(177)
Aumento de capital	-	7.863	5.197
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	-	7.863	5.197
Redução do caixa e equivalente de caixa	(5.614)	(1.771)	(8.537)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5.843	2.000	10.537
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	229	229	2.000
Redução do caixa e equivalente de caixa	(5.614)	(1.771)	(8.537)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O Banco de La Nación Argentina - Sucursal Brasil ("Banco") tem como objetivo a prática de operações e serviços permitidos aos bancos comerciais, aos bancos de investimento e às sociedades de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e normas do Banco Central do Brasil - BACEN, notadamente operações de fomento ao comércio exterior.

O Banco é uma sucursal do Banco de La Nación Argentina, Instituição Oficial da República Argentina, autorizada a funcionar no Brasil, de acordo com o Decreto nº 46.186, de 11 de junho de 1959.

O Banco, tem apresentado queda no seu resultado, devido os seguintes fatores: menor volume de operações de crédito, aumento nas provisões para créditos de liquidação duvidosa, e os custos associados ao processo de encerramento de nossa agência no Rio de Janeiro, que continuaram impactando negativamente no resultado do Banco. Para que o Banco apresente uma recuperabilidade à curto e médio prazo temos como expectativas: a conclusão do processo de venda dos imóveis da Agência Rio de Janeiro, revisão dos gastos do Banco com o objetivo de reduzir os custos operacionais, buscas de novas operações de comércio exterior e correspondentes. Adicionalmente, também foi solicitada à Matriz que analise a viabilidade de um novo aporte de Capital, a fim de manter o patrimônio líquido do Banco compatível com suas necessidades operacionais e regulamentares.

Em 27 de novembro de 2019, foi homologado pelo Banco Central do Brasil o encerramento da agência mantida pelo Banco na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Também, concomitantemente a este evento, a Administração do Banco reclassificou contabilmente o imóvel onde estava instalado esta agência de "Ativo Permanente - Ativo Imobilizado" para "Outros Valores e Bens - Bens Não de Uso Próprio (BNDU)", destinando o para venda.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para o semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que foram aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) e estão consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Na elaboração das demonstrações contábeis são utilizadas, quando aplicável, estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para demandas judiciais, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros, de outras provisões e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

A autorização para conclusão das demonstrações contábeis foi dada pela Administração em 18 de fevereiro de 2020.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata dia". As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b. Caixa e equivalente de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira.

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e em moeda estrangeira (considerados na rubrica de Disponibilidades e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez com prazo original igual ou inferior a 90 dias)

c. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos em Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/2001 do BACEN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados conforme a intenção da Administração em três categorias específicas: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

f. Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa.

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/1999 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

- A atualização destas operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em "Receita" e a partir do 60º dia em "Rendas a apropriar", independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas;
- As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais;
- As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

- A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em conta às normas e instruções do CMN e BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g. Despesas antecipadas

Representadas basicamente por despesas de seguros.

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. Consequentemente são registradas no ativo, considerando o princípio da competência.

h. Ativo permanente

Conforme previsto na Resolução do CMN nº 4.535/2016, o imobilizado corresponde aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um ano.

São reconhecidos pelo valor de custo e ajustados por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

i. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Nenhuma perda por impairment foi reconhecida no resultado do período.

j. Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades.

k. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações em moeda estrangeira estão registradas em valor presente, incorporando os encargos incorridos até a data do balanço e atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços.

l. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As contingências ativas e passivas e obrigações legais - fiscais e previdenciárias são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/2009:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- Passivos contingentes: São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação;
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: refere-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (impostos e contribuições). Estão reconhecidos e provisionados, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

m. Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda e contribuição social do período é calculada com base na alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil por ano (R\$ 120 no semestre) para imposto de renda e 15% para contribuição social.

n. Outros ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo

São apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos auferidos até a data do balanço.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	2019	2018
Disponibilidades	229	1.000
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (operações compromissadas)	-	1.000
	<u>229</u>	<u>2.000</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estavam assim compostas:

Operações compromissadas - posição bancada	2019	2018
Até 360 dias		
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	1.000
	-	1.000

6. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão classificados como "títulos mantidos até o vencimento", para os quais não houve reclassificações no período, são demonstrados abaixo o valor de custo atualizado:

Carteira Própria	Vencido.	2019		2018	
		Valor do Custo	Custo atualizado	Valor do Custo	Custo atualizado
Carteira própria		12.371	14.420	7.731	9.350
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	01/03/2020	6.373	7.749	4.738	5.505
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	01/03/2021	781	1.058	2.993	3.845
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	01/09/2024	5.217	5.613	-	-
Vinculado a garantia		2.226	3.016	6.147	7.105
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	01/03/2021	2.226	3.016	4.572	5.297
Venda c/Compromisso de Recompra (LFT)	01/09/2024	-	-	1.575	1.808
		<u>14.597</u>	<u>17.436</u>	<u>13.878</u>	<u>16.455</u>

Carteira própria	2019		2018	
	Até 360 dias	Acima 360 dias	Até 360 dias	Acima 360 dias
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	7.749	9.687	-	16.455
Total	<u>7.749</u>	<u>9.687</u>	<u>-</u>	<u>16.455</u>

Os títulos públicos são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). O Banco possui capacidade financeira de manter os referidos títulos até o vencimento.

(*) LFTs vinculadas à garantia estão distribuídas da seguinte maneira: R\$ 3.016, com vencimento em 01/03/2021 estão em garantia BM&F individual e por operação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

7. Operações de crédito

a. Distribuição das operações por faixa de vencimento e tipo de produto:

Operações de crédito	Até 360 dias	Acima 360 dias	Total
Empréstimos e títulos descontados	-	-	-
Adiantamentos sobre contratos de cambio	3.574	-	3.574
Títulos de crédito a receber	7.187	-	7.187
Empréstimos à Pessoa Física	19	-	19
Financiamentos em moeda estrangeira	9.559	-	9.559
Subtotal	20.339	-	20.339
Provisões p/ Crédito de Liquidação Duvidosa	(7.237)	-	(7.237)
Total al 31 de dezembro de 2019	13.102	-	13.102
Total al 31 de dezembro de 2018	33.074	-	33.074

b. Classificação das operações nos níveis de risco

Nível de risco	Percentual de provisão %	2019		2018	
		Total das operações	PCLD	Total das operações	PCLD
AA	-	4.847	-	9.968	-
A	0,5	7.879	38	23.213	116
B	1	-	-	7	-
C	3	426	12	2	-
D	10	-	-	-	-
E	30	-	-	-	-
F	50	-	-	-	-
G	70	-	-	-	-
H	100	7.187	7.187	1.934	1934
		20.339	7.237	35.124	2.050

c. Distribuição das operações por atividade econômica

Atividade econômica	Total das operações	
	2019	2018
Setor privado:		
Industria	18.896	34.280
Comércio	1.423	786
Pessoas físicas	19	58
	20.339	35.124

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

d. Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento das operações

Operações de crédito - A Vencer	2019			2018		
	De 01 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima 180 dias	De 01 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima 180 dias
Capital e Juros						
Adiantamentos sobre contratos de cambio	-	-	3.148	10.087	8.585	9.253
Títulos de crédito a receber	-	-	-	7	-	-
Empréstimos à Pessoas Física	-	-	19	3	-	40
Financiamentos em moeda estrangeira	3.289	4.847	1.423	526	3.392	1.290
Total	3.289	4.847	4.590	10.623	11.977	10.583

Operações de crédito - Vencidas	2019			2018		
	De 01 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima 180 dias	De 01 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima 180 dias
Capital e Juros						
Adiantamentos sobre contratos de cambio	426	-	-	-	-	-
Títulos de crédito a receber	-	-	7.187	7	-	1.934
Empréstimos à Pessoas Física	-	-	-	-	-	-
Financiamentos em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
Total	426	-	7.187	7	-	1.934
Total	3.715	4.847	11.777	10.630	11.977	12.517

e. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão de créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019	2018
Saldo inicial	(2.050)	(629)
Constituições/(reversões)	(7.122)	(2.039)
Baixas p/prejuízo	1.935	618
Saldo final	(7.237)	(2.050)

8. Carteira de câmbio

	2019	2018
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar (a)	3.469	51.773
Outros	105	722
Total	3.574	52.495

(a) Refere-se ao saldo de operações vinculadas de acordo com a Resolução nº 2.921/02.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

9. Outros créditos diversos

	2019	2018
Devedores depósito em garantia (nota 12)	1.007	1.981
Outros	156	226
	<u>1.163</u>	<u>2.207</u>

10. Outros valores e bens - Bens Não de Uso Próprio (BNDU)

Em 8 de novembro de 2019 o BACEN autorizou a transferência dos Imóveis situados na cidade do Rio de Janeiro que se encontravam contabilizados em Ativo Permanente - Ativo Imobilizado para Outros Valores e Bens - Bens Não de Uso Próprio (BNDU). Tal autorização foi concedida pois na ocasião a agência encontrava-se em processo de fechamento e seu imóvel disponível para a venda, assim esse ativo não estava sendo utilizado em suas atividades. Tal reclassificação foi argumentada conforme procedimentos descritos nos seguintes normativos: Resolução 4535/2016 - Ativo Imobilizado de Uso e Circular nº 1.273/1987 - Seção 11 - Ativo Permanente. Em dezembro de 2019 apresenta seguinte saldo:

	2019	2018
4º andar	228	-
5º andar	216	-
22º andar	207	-
	<u>652</u>	<u>-</u>

11. Ativo imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil, sendo constituído da seguinte forma:

	Custo		Depreciação acumulada		Valor Contábil	
	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imóveis de Uso (Terrenos/Edificações) (a)	23.172	8.089	15.083	15.880		
Instalações, Móveis e Equipamentos	721	654	67	76		
Sistema de processamento de dados	1.067	865	201	306		
Sistema de transporte	81	81	-	18		
Sistema de segurança	24	24	-	-		
Sistema de Comunicação	30	26	4	9		
Total Geral	<u>25.095</u>	<u>9.739</u>	<u>15.355</u>	<u>16.289</u>		

- (a) Como indicado na nota explicativa nº1, a Administração do Banco reclassificou contabilmente o imóvel onde estava instalado esta agência de "Ativo Permanente - Ativo Imobilizado" para "Outros Valores e Bens - Bens Não de Uso Próprio (BNDU)", destinando o para venda. Abaixo quadro demonstrativo dos efeitos desta reclassificação:

31/12/2018	Rio de Janeiro	São Paulo	Total
Terreno	270	12.460	12.731
Edificação	1.217	10.712	11.929
Depreciação Acumulada	(820)	(7.959)	(8.779)
	<u>667</u>	<u>15.213</u>	<u>15.880</u>

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA - SUCURSAL BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

31/12/2019	Río de janeiro	São Paulo	Total
Terreno	-	12.460	12.460
Edificação	-	10.712	10.712
Depreciação Acumulada	-	(8.089)	(8.089)
	-	15.083	15.083

12. Obrigações em moeda estrangeira

Os empréstimos e captações efetuados junto a outras Filiais do Banco de la Nación Argentina no exterior, principalmente nos Estados Unidos e Espanha, em função da competitividade das taxas. Os saldos das operações no período são:

	2019	2018
Em moeda estrangeira (US\$)	13.113	57.421
Taxa de conversão do dólar (%)	4,0301	3,8742
Em moeda estrangeira (EUR)	254	231
Taxa de conversão do euro (%)	4,529	4,4375
Em moeda nacional	13.367	57.653
Até 360 dias	13.367	57.653

13. Outras obrigações

	2019	2018
Circulante	1.032	870
Provisão para pagamentos a efetuar	811	801
Fiscais e previdenciárias	159	67
Tributos e assemelhados	4	2
Provisão para garantias Financeiras Prestadas	1	-
Credores diversos - país	57	1.544
Exigível a Longo Prazo	1.458	1.755
Fiscais e previdenciárias	964	1.012
Diversas (nota explicativa nº14)	494	743
	2.490	2.625

14. Diversas - Provisão para demandas judiciais

O Banco, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para eventuais demandas judiciais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2019 está provisionado o montante de R\$ 494 (2018 – R\$ 743) o qual, segundo a Administração, suportada na opinião de seus assessores legais levantada em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, são suficientes para fazer a face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Nas datas das demonstrações contábeis, o Banco apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos relacionados a contingências:

	Depósitos em Garantia		Provisão Constituída	
	2019	2018	2019	2018
Trabalhistas e Previdenciárias	78	658	451	696
Tributária (i)	929	1.323	43	46
	<u>1.007</u>	<u>1.981</u>	<u>494</u>	<u>743</u>

- (i) Saldo decorrente de depósito em garantia efetuado na Caixa Econômica Federal por processo administrativo em julgamento perante a Receita Federal.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço patrimonial

O Banco tem ações de naturezas tributárias e cível, envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração como possível (com base na avaliação de seus assessores legais) para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2019	2018
Administrativos (*)	1.322	-
Tributária	99	-
Trabalhistas e Previdenciários	-	16
	<u>1.421</u>	<u>16</u>

(*) demanda judicial em andamento proveniente pela não entrega de declarações dentro do prazo legalmente estabelecido.

15. Imposto de Renda e Contribuição Social

A demonstração do cálculo dos encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social é a seguinte:

	31/12/2019	31/12/2018
IRPJ e CSLL		
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(15.247)	(7.357)
Adições	7.599	2.282
Provisões indedutíveis	7.599	2.282
Exclusões	192	526
Outras exclusões	192	526
Resultado antes das compensações	<u>(7.840)</u>	<u>(5.601)</u>

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA - SUCURSAL BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Base da Contribuição Social	(7.840)	(5.601)
Alíquota 15%	-	-
Total da CSLL	-	-
Prejuízo após a CSLL	(15.247)	(7.357)
Adições	7.218	2.280
Despesas com provisões indedutíveis	7.218	2.280
Exclusões	192	526
Outras Receitas Operacionais	192	526
Resultado antes das compensação base negativa	(8.221)	(5.603)
Base do Imposto de Renda	(8.221)	(5.603)
Alíquota 15%	-	-
Total do IRPJ	-	-

16. Patrimônio Líquido

a. Capital social

As instituições financeiras estrangeiras devem registrar o capital estrangeiro investido e os lucros capitalizados no Banco Central do Brasil, para que possam remeter dividendos sobre esse capital ao exterior, bem como para repatriação de capital. O Banco tem investimentos registrados em capital estrangeiro no valor de US\$ 26.248 mil. O capital social do Banco de la Nación Argentina no Brasil monta R\$ 59.671 (R\$51.808 em 2018).

Em 06 de junho de 2019 foi realizada a homologação do aumento de capital no montante de R\$ 7.863, alterando o capital social para R\$ 59.671.

O Banco Central do Brasil homologou o encerramento da agência na cidade do Rio de Janeiro, conforme publicação no Diário Oficial da União em 27 de novembro de 2019 e ofício emitido pelo Banco Central do Brasil em 02 de dezembro de 2019. Seus imóveis encontram-se em processo de venda e classificado em Bens Não de Uso Próprio conforme autorização do Banco Central do Brasil.

b. Reserva de reavaliação - reavaliação de imóveis.

O Banco procedeu à reavaliação de imóveis de uso no exercício de 2004, com base em laudo emitido por peritos avaliadores credenciados, aprovados pela Administração. A reavaliação foi registrada na forma requerida pela Circular BACEN nº 2.824/1998. Para fins de cálculo da depreciação, deve ser considerado o prazo remanescente de vida útil dos imóveis reavaliados, constante do respectivo laudo de avaliação.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA - SUCURSAL BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

A Administração do Banco decidiu manter a reavaliação até sua realização, cujo registro está líquido dos efeitos tributários no montante de R\$ 12.997 em 2019 (R\$13.071 em 2018). O valor realizado que pode ser observado nas demonstrações das mutações do patrimônio em 2019 é de R\$ 74. (R\$ 75 em 2018).

17. Resultado de Câmbio

	2019	2018
Rendas de Câmbio	14.102	100.733
Despesas de Câmbio	(13.038)	(90.490)
	<u>1.064</u>	<u>10.243</u>

18. Despesas de operações de empréstimos, cessões e repasses

	2019	2018
Desp. e obr. com bancos no exterior - Juros	(712)	(2.920)
Desp. e obr. com bancos no exterior - IR	(37)	(238)
Desp. e obr. com bancos no exterior - Var. Cambial	(640)	(6.767)
	<u>(1.389)</u>	<u>(9.925)</u>

19. Despesas de Pessoal

	2019	2018
Honorários a diretores	(1.1152)	-
Benefícios ao pessoal	(1.574)	(1.500)
Encargos sociais	(893)	(1.027)
Proventos	(3.371)	(3.335)
Despesas por treinamento aos funcionários	(4)	(11)
	<u>(6.994)</u>	<u>(5.873)</u>

20. Outras Despesas Administrativas

	2019	2018
Serviços técnicos especializados	(375)	(463)
Comunicações	(373)	(365)
Serviços de vigilância e segurança	(347)	(324)
Aluguéis	(338)	(335)
Depreciações	(307)	(306)
Processamento de dados	(225)	(272)
Serviços de terceiros	(206)	(172)
Manutenção e conservação de bens	(204)	(225)
Água, energia e gás	(105)	(120)
Transporte	(81)	(27)
Viagem no exterior	(70)	(4)
Material	(45)	(43)
Serviços do sistema financeiro	(32)	(63)
Seguros	(28)	(22)
Viagem no país	(21)	(26)
Publicações	(13)	(18)
Propaganda e publicidade	(4)	(6)
Promoções e relações públicas	(1)	(2)
Outras Despesas Administrativas	(504)	(407)
	<u>(3.279)</u>	<u>(3.200)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

21. Outras Receitas Operacionais

	2019	2018
Var. de Taxa de Ordens de Pagamento	449	-
Recuperação de Encargos e Despesas	90	37
Rendas de Avais e Fiança	-	5
Outras	37	533
	<u>576</u>	<u>575</u>

22. Outras Despesas Operacionais

	2019	2018
Desp. Prov. Oper. - Outras Fiscais	(382)	-
Desp. Prov. Oper. - Outras Ações	(60)	-
Outras Despesas Operacionais (i)	(616)	(1.211)
	<u>(1.058)</u>	<u>(1.211)</u>

- (i) Saldo decorrente de despesas de variações de taxas e despesas da filial RJ para SP decorrente de operações da mesa.

23. Transações com partes relacionadas

a. Transações com outras sucursais no exterior

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o saldo resultante de operações com outras sucursais no exterior, efetuadas em condições normais de mercado, eram as seguintes:

	2019	2018
Ativo		
Disponibilidades em moedas estrangeiras	148	829
	<u>148</u>	<u>829</u>
Passivo		
Empréstimos no exterior	13.367	57.652
Outras Obrigações	2.107	2.625
	<u>15.474</u>	<u>60.278</u>
Resultado		
Receitas	1.149	3.933
Despesas	(749)	(3.158)
	<u>400</u>	<u>774</u>

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

As remunerações do pessoal-chave da Administração desde abril de 2019 são realizadas pelo Banco de La Nación Argentina - (Sucursal Brasil). Dessa forma segue abaixo desembolsos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	2019	2018
Honorários à diretores	(1.152)	-
	<u>(1.152)</u>	<u>-</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

24. Limites operacionais - índices da Basileia

a. Patrimônio de referência exigido (PRE)

O Banco está enquadrado nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 2.099/94, com alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 4.912/13 e 4.913/13 e Circular BACEN nº 3.644/13, alterada pela Circular BACEN nº 3.834/17 apresentando índice de patrimônio em relação aos ativos ponderados, conforme segue:

	2019	2018
PR - Patrimônio de Referência Nível 1	23.012	30.731
RWAcpad - Risco de Crédito	33.113	84.629
RWAOPAD - Risco Operacional	8.550	5.802
RWACAM - Risco de câmbio	3.396	878
RWA	45.059	91.309
RBAN -Risco Banking	3	-
Margem de patrimônio em relação ao limite	<u>16.459</u>	<u>25.998</u>

b. Limite de imobilização

Indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência - PR com o ativo permanente imobilizado. O índice para 31 de dezembro de 2019 é de 66,73% (em 31 de dezembro de 2018 era de 53,01%) e o quadro abaixo demonstra a apuração:

	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	23.012	30.731
Limite máximo permitido - 50%	11.506	15.365
(-) Ativo permanente	(15.376)	(16.289)
Margem	<u>(3.850)</u>	<u>(924)</u>

Este índice indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência (PR) em relação ao ativo permanente imobilizado, conforme a Resolução nº 2.283/1996 do CMN e Resolução nº 4.193/2013 do CMN.

O índice de imobilização apresentado em 31 de dezembro de 2019 não está dentro do limite máximo regular de 50%, conforme determinado pela Resolução nº 2.669/1999 do CMN.

Entre as providências tomadas para tal regularização, foi solicitado junto à Matriz aporte de capital em valor suficiente para regularizar tal situação, cujo qual encontra-se em processo de aprovação.

25. Gestão de risco

A Política do Banco é composta de metodologias, procedimentos e instrumentos utilizados para garantir a eficiência e a eficácia dos processos internos de gerenciamento dos riscos, observando o perfil de atuação e a complexidade dos negócios do Banco.

As diretrizes seguem as regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e da Casa Central na Argentina, os relatórios são divulgados por meio do site na internet www.bnabr.com.br.

a. Risco operacional

A política de risco operacional do Banco tem como objetivo definir diretrizes para a implantação e disseminação da cultura para gestão do risco operacional, em todos os níveis do Banco, estabelecendo papéis e obrigações para cumprir os objetivos traçados pela Administração.

O gerenciamento de risco operacional deve prever:

- Identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional;
- Documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional;
- Elaboração, com periodicidade mínima anual, de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional;
- Realização, com periodicidade mínima anual, de testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados;
- Elaboração e disseminação da política de gerenciamento de risco operacional ao pessoal da Instituição, em seus diversos níveis, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como as dos prestadores de serviços terceirizados;
- Existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes de risco operacional;
- Implementação, manutenção e divulgação de processo estruturado de comunicação e informação.

b. Risco mercado

Com o objetivo de criar uma estrutura compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços e atividades de investimento e, sendo definido como risco de mercado com a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha na medição e nas políticas de investimento da Instituição, esta definição inclui o risco associado à inadequação ou deficiência nos processos decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição ao respeito da atuação no mercado financeiro, a Administração formalizou os parâmetros, políticas, princípios e ações a serem implementadas mediante a Resolução da Administração nº 31/2008, que instituiu a estrutura e a política de gerenciamento de risco de mercado.

A Resolução indica que a Política de Administração de Ativos financeiros e Risco de Mercado será definida em conjunto pela Casa Matriz e a Administração, instruindo políticas de investimento, funding, e limites de colocações por ativos e instituições. Detalha também a avaliação contínua do mercado e o sistema de comunicação entre operadores e Administração. Para o correto acompanhamento do mercado o Banco adquiriu um sistema de informação financeira para apuração do risco de carteira.

A citada Resolução define a estrutura de organização e responsabilidade.

A auditoria interna do Banco controla com periodicidade anual a estrutura e a política de gerenciamento de risco de mercado.

c. Risco de crédito

A gestão dos riscos de crédito do Banco envolve: o conhecimento prévio e profundo do cliente, a coleta de documentação e de informações necessárias para a análise completa do risco envolvido na operação, a classificação do grau de risco, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco, a determinação das garantias e dos níveis de provisões necessárias. Também são levados em consideração, as condições de mercado, os perfis dos clientes, seu histórico de desempenho junto ao Banco e perspectivas econômicas.

d. Risco de liquidez

O Risco de Liquidez resulta da possibilidade do Banco ter acesso limitado à disponibilidade de caixa em valor suficiente para honrar as saídas de caixa necessárias à liquidação financeira de suas operações.

e. Risco Socioambiental

Risco Socioambiental é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de danos socioambientais. A Política de Responsabilidade Socioambiental, trata da criação do Comitê de Risco Socioambiental cuja responsabilidade é deliberar sobre os temas que envolvam riscos socioambientais de acordo com critérios e parâmetros predefinidos.

f. Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital tem como objetivo dar suporte ao Banco na manutenção de um nível de capital compatível com os riscos incorridos em suas operações, e tem por fundamento um processo contínuo de monitoramento e controle de seu capital, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Banco está exposto, planejamento de metas e de necessidade de capital considerando os objetivos estratégicos do Banco e uma postura prospectiva, antecipando os efeitos sobre o capital de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

26. Garantias prestadas

As garantias por fianças e avais prestados montam R\$ 235, em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 7.605 em 2018). O total da provisão passiva para garantias financeiras prestadas apurada em 31 de dezembro de 2019, era de R\$ 1, (R\$ 39 em 2018).

27. Seguros

O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. Outros serviços prestados pelos auditores independentes

Informamos que a Empresa contratada para auditoria das demonstrações contábeis do Banco não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

29. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes posteriores à data-base 31 de dezembro de 2019.

Jorge Matías Romano
Diretor Geral

Jorge Daniel Villanueva
Diretor

Sandra Margarida Lima
Contadora
CRC 1SP-323.353/O-3